

Fim do congresso: que ganharam os índios?

O estabelecimento de técnicas educacionais específicas; a defesa de todos os direitos dos índios; a criação de condições para que os indígenas estudem; a inalienabilidade das terras habitadas pelos índios; a formação de um centro de informação e pesquisa sobre indígenas. Estas são algumas das resoluções mais importantes do VII Congresso Indigenista, segundo o ministro Costa Cavalcanti. De Décio Pedrosa, enviado especial.

A última sessão do VII Congresso Indigenista Interamericano foi muito formal: presidida pelo ministro do Interior, Costa Cavalcanti, teve vários discursos de agradecimentos e de congratulações pelo sucesso do congresso.

A ata final do Congresso foi aprovada por unanimidade pelo plenário e, em seguida, assinada pelos chefes de cada uma das delegações participantes.

O padre Emilio Martinez, chefe da delegação da Argentina, falou em nome de todas as delegações. Ele terminou seu discurso com uma frase na língua dos índios Mapuches, de sua terra: "Que toda a felicidade que eu puder abarcar entre seus braços, totalmente abertos, sejam para ti".

Discursaram também o presidente do Instituto Indigenista Interamericano, o secretário da Organização dos Estados Americanos e o ministro Costa Cavalcanti. O ministro destacou alguns pontos que considerou os mais importantes das resoluções aprovadas pelo Congresso:

"A participação direta dos órgãos de assistência ao índio nos projetos de desenvolvimento nacional. E a defesa de todos os direitos dos índios".

"O estabelecimento de técnicas educacionais específicas. Que o idioma indígena seja mantido, na medida do possível, em conjunto com o idioma nacional. Que sejam dadas condições para os indígenas estudarem. Para que eles curse, inclusive, universidades".

"A saúde, visando melhorar o estado de higiene do indivíduo e de sua família. O problema da malária, verminose e tuberculose, higiene doméstica, coletiva e individual".

"Formação de um centro de informação e pesquisa sobre indigenismo. Preparação e aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos".

"Inalienabilidade das terras onde os índios habitam ou perambulam. O problema da produtividade do indígena".

"Reviver aspectos da cultura indígena que possam estar esquecidos. Providências para aumentar a renda familiar do indígena".

"A garantia de preços justos de venda do artesanato produzido pelo índio. O transporte adequado da produção do indígena às áreas de consumo".

DESTAQUE

O general Oscar Jeronymo Bandeira de Mello, presidente da Funai, e chefe da delegação brasileira, foi um dos personagens de maior destaque do VII Congresso Indigenista. Temido por seus funcionários, obedecido por seus assessores, afável e bonachão muitas vezes, irritado e nervoso durante as discussões em que sua opinião não era acatada, o general conduziu a delegação brasileira.

"El general" Bandeira de Mello não concorda com nada que eu proponha", queixava-se a delegada mexicana, doutora Margarita Armas.

Durante as discussões da comissão de que participou, o general irritou-se várias vezes. "Muitas vezes, acho até que na maior parte das vezes, o general propõe coisas razoáveis. Entretanto, não é muito aceitável a sua maneira intransigente de querer impor certos pontos de vista seus. Tenho a impressão de que algumas pessoas passavam a contradição mais veementemente o general apenas porque ele se irritava", dizia um delegado.

"Acho que num congresso como este não se deve dizer mantenho no tom autoritário que o general costuma usar. Ainda mais porque a maioria não está, muitas vezes, de acordo, e sem a maioria não se mantém coisa alguma", dizia outro delegado, referindo-se à posição em que se colocava o general quando algum projeto de resolução do Brasil era criticado.

IMPRENSA

Os repórteres, inicialmente, puderam assistir aos debates das comissões. Isto durou apenas um dia, no outro já era proibido. Mas a proibição pôde ser contornada, muitas vezes. E ela só era efetiva na comissão da qual o general Bandeira de Mello participava.

Alguns repórteres desconhecidos no Itamaraty e na Funai, escondendo as credenciais verdes que os identificavam de longe, e interpellando os comitêes em espanhol, foram confundidos com delegados estrangeiros e conseguiram assistir a alguns dos trabalhos da comissão do general. Mas o esquema acabou por ser descoberto e os jornalistas foram simplesmente expulsos da sala.

A proibição à imprensa foi um fato que a maior parte dos delegados estrangeiros não entendeu. Por que a imprensa era proibida de ouvir aquilo que se estava discutindo em benefício do índio? Mistérios da Funai.

O último episódio desagradável, imprensa versus congresso, aconteceu quando o secretário geral do Congresso, Luiz Vilarinho Pedrosa (ele é do Itamaraty e alega ter dez anos de experiência em conferências internacionais), irritou-se muito pouco diplomáticamente quando descobriu que um repórter do jornal O Estado de S. Paulo já tinha nas mãos um documento que — ele achava — não deveria estar ainda nas mãos dos jornalistas: a ata final do VII Congresso Indigenista Interamericano.

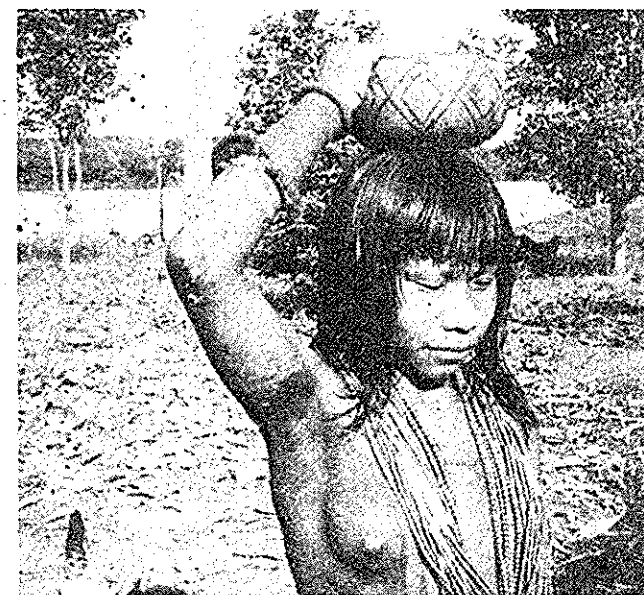
Além de tudo, quando qualquer jornalista entrevistava um delegado estrangeiro, sempre aparecia alguém chamando o entrevistado para alguma coisa urgente, ou perguntando se o repórter precisava de intérprete.



Costa Cavalcanti: elogios às decisões do congresso e aos benefícios para os indígenas.



A imprensa não pôde assistir aos debates, por ordem do general Bandeira de Mello.



As terras dos índios serão protegidas?

BALANÇO DA ÚLTIMA SESSÃO: RISOS E CONFUSÃO.

Algumas histórias contadas pelo chefe da delegação argentina, e uma confusa votação, que poucos delegados conseguiram entender, transformaram a última sessão na mais alegre do congresso.

A última sessão plenária deste VII Congresso Indigenista Interamericano foi a única que deu oportunidade aos participantes de darem boas risadas. Durante todos os trabalhos anteriores, quase todos os participantes estiveram muito sérios.

Os primeiros risos do plenário aconteceram quando o padre Emilio Martinez, chefe da delegação e chefe do Serviço Nacional de Assuntos Indígenas, da Argentina, começou a contar suas peripécias para obter recursos para seus índios, do ministro do Bem-Estar-Social, na véspera de embarcar para o Brasil: "O ministro Francisco Manrique caiu anteontem, mas acho que não foi por causa disso".

Padre Emilio mostrou um telegrama que recebeu de um menino índio argentino, da região de Chaco: "Padre, não cuide só de nós, indiozinhos, aí em Brasília. Peça também pelos pretinhos pobres".

O segundo episódio engraçado aconteceu durante a última votação do pedido apresentado pelo presidente do Instituto Indigenista Interamericano. Uma alteração retirava do documento o pedido que o Instituto Indigenista fazia aos países membros, no sentido de que lhes dessem maiores recursos econômicos.

CONFUSÃO

Como a sessão fosse presidida pelo chefe da delegação norte-americana, a proposta de votação era por ele feita em inglês, com tradução simultânea para o espanhol e para o português. Entretanto, o norte-americano falava depressa e não era compreendido, apesar do esforço das tradutoras.

— Quero saber se os senhores delegados aprovam ou não aprovam a inclusão do relatório sobre o relatório, no relatório — dizia o norte-americano.

Em inglês, isto soava mais ou menos assim: "The report to the report in the report".

— Aqueles que aprovam a inclusão do relatório sobre o relatório, no relatório, dizem dizer "si". Aqueles que não aprovam a inclusão do relatório sobre o relatório, no relatório, dizem dizer "no" — explicava o delegado dos Estados Unidos.

— Quem quiser que o relatório inicial fique como estava, deve dizer "no". Quem não quer que o relatório inicial fique como estava, deve dizer "si" — tentou explicar um delegado chileno.

— Por la vez primera "si" quiere decir "no", e "no" quiere decir "si". "Si" es "no" e "no" es "si" — reclamava um delegado da Nicarágua.

Depois de várias votações, que tiveram de ser anuladas porque se percebia que os delegados votantes não tinham compreendido bem em que estavam votando, chegou-se à votação definitiva: resultado — sete votos "si", sete votos "no" e um país, a Costa Rica, absteve-se de votar. O resultado provocou as maiores gargalhadas no plenário. Finalmente a Costa Rica acabou por se convencer de que deveria desamparar e votou "si".

Mas quando terminou a sessão, havia um delegado perguntando a outro: "Final, nós aprovamos a inclusão do relatório sobre o relatório, no relatório? "Si" ou "no"?"

ATA FINAL

Ontem, foi distribuída a ata final do VII Congresso Indigenista Interamericano. Ela se inicia relacionando todos os participantes e, logo em seguida, apresenta a transcrição da "Declaração de Brasília", uma declaração inicialmente proposta pelo Brasil e à qual aderiram vários países, e que foi por todos aprovada, sobre a causa e os objetivos do indigenismo.

A parte mais importante da ata do VII Congresso se constitui dos capítulos das "recomendações" aprovadas. Estas recomendações serão enviadas a todos os governos que participaram do congresso, e a esperança dos indigenistas é que elas sejam postas em prática, e sejam transformadas em lei, se for o caso.

Há três recomendações sobre assuntos sanitários ligados aos indígenas, duas sobre assuntos jurídicos, 12 sobre assuntos educacionais. São três as recomendações sobre assuntos econômicos. As recomendações sobre os "problemas do desenvolvimento nacional e as populações indígenas" foram as recomendações aprovadas, considera que "a integração nacional é condição essencial do desenvolvimento econômico". Foram 11 as recomendações aprovadas sobre o problema dos índios e o desenvolvimento dos países. No total, houve 31 recomendações aprovadas.

A ata termina com um capítulo sobre acordos vários: uma relação de agradecimentos a várias autoridades e uma declaração de reconhecimento a vários órgãos que têm prestado auxílio à causa indigenista.

A ata também traz uma relação de nomes dos indigenistas que morreram durante o período de quatro anos, entre o VI e o VII Congressos indigenistas: do Brasil — Herbert Daldus, Eneu Gonçalves de Paula, Acrísio Oima, Possidônio Bastos, Euclides Bernardo; dos Estados Unidos, Edward Dozier, Thomas Segundo; da Guatemala — Carlos Giron Serpa; do Peru, Carlos Mogge Medrano e José María Arguedas; do México — Júlio de La Fuente, Lazaro Cardenas, Alfonso Caso, Luiz Torres Ordoñez; e da Bolívia — Toribio Claire, Juan Apaza, Jorge Solís, Carlos de La Riva, Juan Mejía, Alberto Beltran.

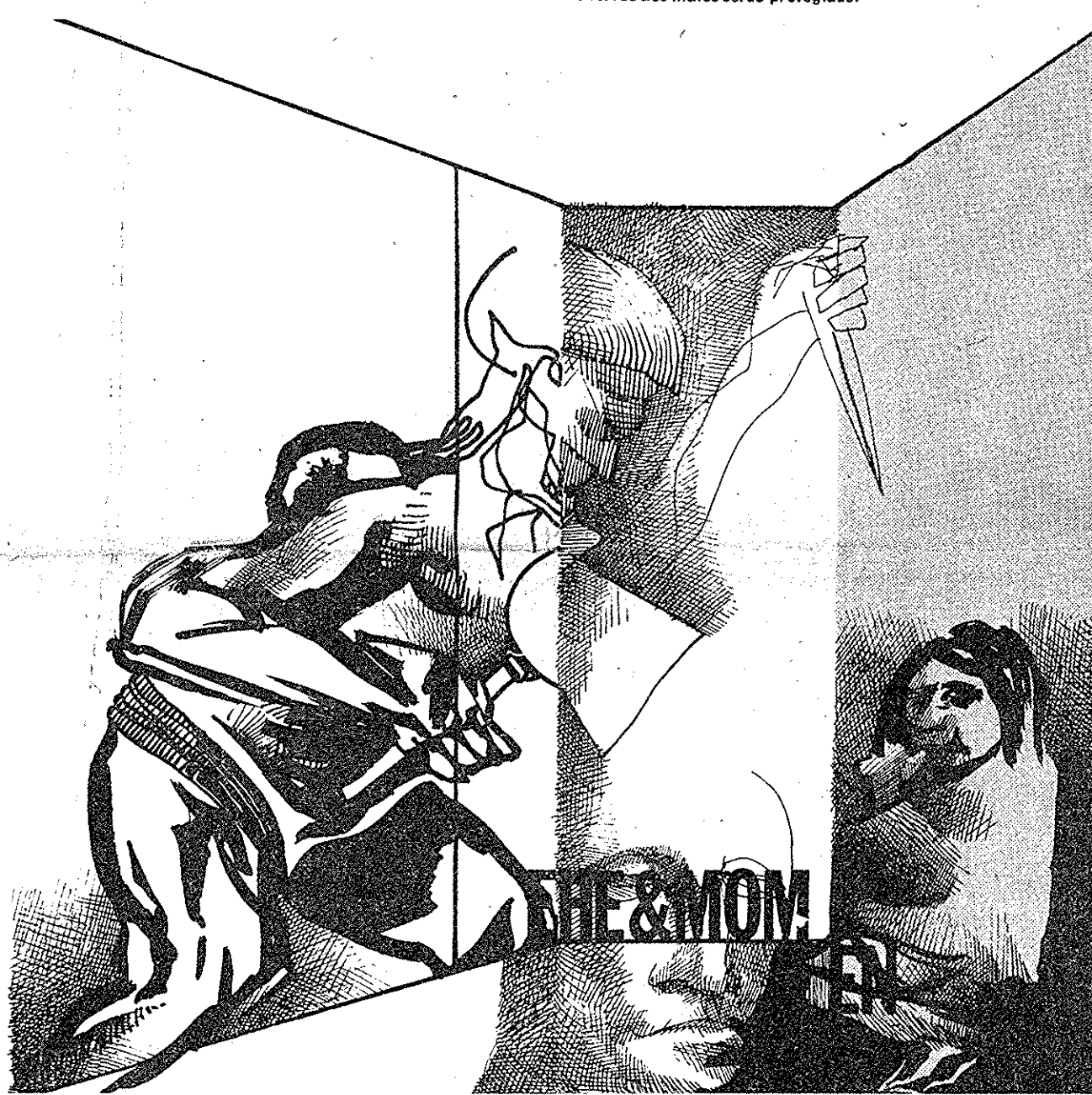
Todas as resoluções aprovadas por este congresso obedeceram ao plano proposto no início do congresso. O temário apresentou três aspectos:

1) A situação das populações indígenas em cada país da América. Trabalhos indigenistas realizados, experiências e possibilidades futuras.

2) Problemas das populações indígenas: sanitários, jurídicos, educacionais, econômicos.

3) Os problemas do desenvolvimento nacional e as populações indígenas.

As resoluções versaram sobre o que foi disposto nos temas 2 e 3. Mas foram adotadas, também, com base nas exposições feitas pelos vários países, de acordo com o tema "1".



Deram machados e facões aos Munkus. E eles passaram a derrubar árvores, por brincadeira.

O CONGRESSO MOSTROU OS PROBLEMAS DO BRASIL NO FUTURO

Este Congresso evidenciou que os problemas indigenistas brasileiros apresentam alguns aspectos muito particulares ao Brasil. E que há outros aspectos comuns ao Brasil e a vários países sul-americanos. Mas a maior evidência é a de que a grande maioria dos países participantes está hoje às voltas com problema mais ou menos graves que o Brasil terá no futuro. Embora já os tenha em menor escala, hoje.

A maioria das delegações estrangeiras representavam países cujos grupos indígenas são todos ou praticamente todos, conhecidos e contactados. Estes países, com as referências que já têm sobre seus grupos étnicos, demonstram estar em condições de formular políticas indigenistas a partir de dados mais concretos.

A situação do Brasil, por causa da sua grande extensão territorial, por causa da Amazônia ainda ter permanecido praticamente intacta ao longo dos anos, apresenta-se muito diferente. Enquanto os outros países sabem quais são os seus índios, nós apenas sabemos que, no meio da mata amazônica ainda existem muitos e muitos grupos, geralmente de poucos índios, habitantes em clareiras que já mais foram percebidas pelos aviões e em locais onde o homem branco nunca pisou. Supõe-se a existência de índios que nunca viram um homem

branco, mas ignora-se qual estágio de civilização em que vive determinado grupo.

O padre Tomás de Aquino, Lisboa, da Missão Anchieta, do norte do Mato Grosso, durante o congresso, exibiu um filme colorido que fez dos índios munkus, do grupo irantze. Trata-se de um grupo de apenas 23 índios, que nunca tinha tido contato anterior com o homem branco, antes da aproximação feita no ano passado. São índios neolíticos.

HÁ OUTROS

Esses índios apenas viram algumas vezes seringueiros que se aprofundaram demais na floresta. Mas nunca se deixaram perceber, até há um ano em meio.

— Temos centenas de grupos como estes espalhados pela Amazônia brasileira. Cada semana surge um novo grupo ao longo das estradas que estão sendo abertas. Entretanto, esses índios dificilmente trarão problemas aos homens da estrada, se forem tomados alguns cuidados — diz o padre Tomás de Aquino.

— É preciso muito cuidado e muita técnica para a aproximação de grupos como este. Depois de um ano e meio de contato, esses índios só receberiam de nós duas coisas: o machado de ferro e o facão.

Eles imediatamente abandonaram seus machados de pedra e suas facas neolíticas. Muitas vezes derrubavam árvores apenas por brincadeira, dada a facilidade que encontravam em fazê-lo com suas novas ferramentas. Poderão pensar, os menos técnicos, que nós fizemos muito pouco por esses índios, em um ano em meio. Só machados e facões. Sim, porque machados e facões, para nós instrumentos tão óbvios, para eles significaram um salto de milênios. Basta se considerar a humanidade a partir do período neolítico, até o dia em que o primeiro homem usou o primeiro machado de ferro — diz o padre.

Não se pode pretender incluir esses indígenas no nosso processo de civilização. Isto seria altamente prejudicial para eles, seria obrigá-los a uma participação direta em nosso meio, seria a morte desses índios.

— Por serem poucos, esses índios estavam vivendo um sério problema. Havia duas moças, no grupo, já em idade de se casar; entretanto, isso não era possível, por causa do grau de parentesco existente entre os índios do grupo. E eles não fazem casamentos consanguíneos. Mas o problema foi resolvido: um dos índios que fazia parte da expedição de aproximação, já perfeitamente aculturado, decidiu ficar definitivamente com os munkus e casar-se com

uma das índias. O importante é que esse índio, que já usava armas de fogo e roupas, abandonou tudo isso e está vivendo exatamente como os demais do grupo, usando apenas machado e facão — continua o padre.

— Mas esse índio pôde transmitir ao grupo uma série de informações sobre a lavoura, de forma que a área de cultivo dos índios está muito aumentada, embora eles continuem plantando as mesmas coisas de sempre: milho, algodão, amendoim, mandioca. Se o índio aculturado ficasse com armas de fogo ou com outros equipamentos, diferentes dos demais equipamentos comuns, isto não seria bom para o grupo. Nós o incentivamos a convencer o grupo a construir uma pista de aterrissagem, o que é imprescindível em casos de doenças. Mas ele disse que manteria a pista "interditada" com paus, para que ali só desçam os aviões que ele quiser. E nós concordamos.

— Esse índio, como nós, sabe dos prejuízos que pode causar a aproximação de pessoas despreparadas para contactar com os indígenas. É por isso que realizou minhas expedições com muita descrição e não concordo que delas participem jornalistas. E acho que essas expedições não podem ser muito grandes. Nesta, éramos sete apenas — conclui o padre Tomás de Aquino.